



AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO NO ENSINO INTEGRAL NO BRASIL PUBLIC EDUCATION POLICIES IN COMPREHENSIVE EDUCATION IN BRAZIL

Magali Rogge¹
Graziela Breitenbauch de Moura²

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a implementação da política pública educacional para o regime de escolas de tempo integral, no ensino fundamental das redes públicas municipais brasileiras. O estudo apresenta as políticas públicas da educação no ensino integral no Brasil, analisando a concepção de Educação Integral presente nos documentos oficiais da educação brasileira. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com base no método da hermenêutica fenomenológica. Neste estudo utiliza-se a pesquisa descritiva, bibliográfica e documental. Os resultados envolvem uma análise e reflexão sobre as políticas públicas da Educação Integral nas Escolas Públicas em escolas de diferentes contextos educacionais.

Palavras-chave: educação integral; processo ensino-aprendizagem; políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

The present research aims to understand the implementation of public educational policy for the full-time school regime, in elementary education in Brazilian municipal public networks. The study presents public education policies in integral education in Brazil, analyzing the conception of Integral Education present in official documents of Brazilian education. This is research with a qualitative approach, based on the method of phenomenological hermeneutics. In this study, descriptive, bibliographic and documentary research is used. The results involve an analysis and reflection on public

¹ Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas - UNIVALI. Itajaí, Santa Catarina, Brasil. E-mail: magali.rogge2022@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2944-7830>.

² Doutora em Administração e Turismo (Univali/SC). Docente no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Itajaí, Santa Catarina, Brasil. E-mail: grazi1@univali.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1475-7659>.

policies for Comprehensive Education in Public Schools in schools from different educational contexts.

Keywords: comprehensive education; teaching-learning process; educational public policies.

Resumo Expandido recebido em: 02/02/2024

Resumo Expandido aprovado em: 25/11/2024

Resumo Expandido publicado em: 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2ianais.5273>

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Esta pesquisa tem início a partir de um conjunto de análises e reflexões sobre as políticas públicas educacionais que norteiam o trabalho desenvolvido na Educação Integral. A presente pesquisa foi desenvolvida na linha de Dinâmicas Institucionais das Políticas Públicas do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Santa Catarina, Brasil).

A escolha do objeto desta pesquisa busca abordar o tema da educação integral como uma política social na educação, com o intuito de elencar as contribuições que as oficinas e a proposta curricular aplicadas possam estar de alguma forma contribuindo para o processo ensino-aprendizagem do aluno. O trabalho desenvolvido nas escolas de tempo integral na educação integral proporciona ao aluno um novo tempo pedagógico, com experiências e práticas que possam estar conectadas com o ensino regular. Moll (2021) afirma que, onde pensar a educação integral, implica numa movimentação do desenvolvimento intelectual, cultural, emocional e físico do indivíduo, juntamente com uma recomposição do corpo, mente e espírito, contextualizadas pela existência, superando o desafio do acesso ao saber.

O Brasil é um país de desigualdades sociais, para muitos a escola representa um espaço que proporciona grandes possibilidades de mudanças sociais, pois é ali que são promovidas ações voltadas para as expressões culturais e sociais. Por isso, o trabalho escolar tem sido discutido como um compromisso que se assume, que vai

além dos conteúdos científicos mínimos impostos pelos documentos norteadores, é mais abrangente, propiciando uma formação integral do indivíduo (CELLA, 2014).

A educação integral que é oferecida nas escolas públicas, permite uma reflexão sobre a contribuição que as políticas públicas criadas trazem para a ampliação da jornada escolar, e ainda analisar de que forma esta ampliação de tempo na escola tem contribuído para a efetivação de garantir o direito à educação conforme estabelecida na Constituição Federal de 1988, como colocado no Art 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, com o objetivo do desenvolvimento pleno da pessoa (BRASIL, 1988).

Para tratar da educação integral, este estudo analisa primeiramente a abordagem teórica sobre a educação integral e a escola em tempo integral, além das políticas públicas existentes que regem o funcionamento e algumas discussões sobre a temática, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Plano Nacional da Educação (PNE), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN n. 9.294.

A BNCC afirma o compromisso com a educação integral com o propósito a formação e o desenvolvimento global dos estudantes, compreendendo “a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva” (Brasil, 2017, p. 14).

Além de entender o conceito de Educação Integral, é importante saber quais os objetivos, as propostas que os documentos trazem para a efetivação e participação do aluno neste processo. Compreender a concepção da Educação Integral é um processo de conhecimento sensível por meio de atividades diversificadas e diálogos que ocorrem numa relação dinâmica vinculando linguagem, expressão e realidade (Brasil, 2013).

Este trabalho pretende contribuir para apresentar e discutir a abordagem teórica estabelecendo um diálogo com autores, que vem conceituando a educação integral, a escola em tempo integral, o sujeito como um ser integral, visando a formação e o desenvolvimento humano global, desde uma perspectiva histórica até as experiências de políticas públicas de ampliação da jornada escolar mais recente. Esta revisão da literatura é importante para a discussão do tema na academia nacional

e internacional bem como para compartilhar as ações e estratégias utilizadas nas escolas municipais de diferentes contextos brasileiros.

Este estudo tem como objetivo compreender a implementação da política pública educacional para o regime de escolas de tempo integral, no ensino fundamental das redes públicas municipais brasileiras e suas repercussões na educação integral dos estudantes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta seção apresentamos o percurso metodológico aplicado na realização deste estudo, tendo como finalidade alcançar os objetivos traçados. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com base no método da hermenêutica fenomenológica. O paradigma utilizado nesta pesquisa é a fenomenológica. Para Husserl (Ziles, 2007) a fenomenologia é uma descrição da estrutura específica do fenômeno (fluxo imanente de vivências que constitui a consciência) e, como estrutura da consciência enquanto consciência, ou seja, como condição de possibilidade do conhecimento, o é na medida em que ela, enquanto consciência transcendental, constitui as significações e na medida em que conhecer é pura e simplesmente apreender (no plano empírico) ou constituir (no plano transcendental) os significados naturais e espirituais.

Neste estudo utiliza-se a pesquisa descritiva, bibliográfica e documental. As pesquisas descritivas têm como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, podendo utilizar-se de técnicas de coleta de dados, a fim de estudar as características apresentadas por este grupo. A pesquisa bibliográfica consistiu em uma análise crítica da literatura existente sobre o tema, buscando identificar os principais autores, conceitos e teorias afins. A pesquisa documental é uma técnica de pesquisa que tem como objetivo a coleta e análise de informações a partir de documentos. Essa técnica de pesquisa é utilizada para a investigação de diversos temas, como a história de uma instituição, a análise de políticas públicas, a avaliação de programas e projetos, entre outros (Gil, 2008).

O instrumento de pesquisa foi a análise bibliográfica de documentos e obras, que nortearam uma reflexão do contexto das políticas educativas. Como instrumentos teóricos para a pesquisa utilizou-se a Constituição Federal (1988), Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei 9.394/96), Plano Nacional de Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DNC). Foram analisados autores da área de educação que vem discutindo e apresentando análises sobre a temática, alguns deles, que abordam a educação integral (jornada ampliada): Cavaliere (2010), Blasis (2011), Colares (2018), Figueiredo (2013), Gomes (2014), Cella (2014). Esses documentos juntamente com a leitura e análise dos referenciais bibliográficos estabelecerão as fontes documentais básicas para a coleta das informações para a realização de uma investigação qualitativa.

Compreende-se, neste aspecto, que as leis formuladas, tornam-se efetivas através de programas, projetos, materiais de apoio para que sejam executadas, envolvendo vários atores, identidades, disputas e embates. Durante o estudo da análise dos dados, buscou-se compreender o processo de implementação das políticas públicas educacionais e políticas públicas de escolas em tempo integral, que regem o processo educacional no contexto escolar, comprometendo-os na preservação do processo educativo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos os resultados do estudo sobre as políticas públicas educacionais nacionais que regem a implementação da educação integral, bem como os documentos específicos municipais embasados na legislação vigente para a prática executora da educação integral nas escolas municipais ou estaduais brasileiras de ensino fundamental.

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A presente pesquisa busca discutir sobre as Políticas Públicas na Educação e as Diretrizes Curriculares que norteiam e direcionam o trabalho a ser desenvolvido na

educação integral nas escolas brasileiras da rede pública, analisando o papel da equipe pedagógica da escola na implementação destas políticas públicas no contexto escolar.

Conforme estabelecido na Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), “Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996). Sendo assim, as políticas públicas educacionais nacionais existentes e as Diretrizes Curriculares são instrumentos utilizados pelo governo federal para promover a educação como um direito social e garantir o acesso à educação de qualidade para todos, elas também norteiam e direcionam o estudo que será desenvolvido nesta pesquisa sobre a educação integral nas escolas brasileiras da rede pública.

As políticas públicas educacionais consistem em programas ou ações que são elaboradas no âmbito governamental que vem para auxiliar na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal. Um dos principais objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. A LDBEN n 9.394/96, o PNE, as DCN, a BNCC, entre outras resoluções e normativas, foram criadas a fim de garantir o acesso e a permanência do aluno no ambiente escolar e sua avaliação para a melhoria da qualidade do ensino nas instituições, com o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, hoje o atual SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica.

As políticas públicas educacionais não estão apenas relacionadas com o acesso às escolas públicas, mas também com a construção e o desenvolvimento da sociedade envolvida com este processo, ou seja, as políticas públicas educacionais influenciam significativamente na vida de cada indivíduo.

3.2 POLÍTICA PÚBLICA DE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Em 2014 foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação, decênio 2010-2020, Lei nº 13.005/2014, no qual a meta seis prevê o oferecimento da educação em tempo integral, em no mínimo de 50% nas escolas públicas, atendendo pelo menos 25% dos

alunos da educação básica, onde a jornada diária de cada aluno seria igual ou superior a 7 horas (Gomes, 2014, p.11).

O Plano Nacional de Educação - PNE (Brasil, 2014) constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. As 20 metas estabelecidas deram ao país um horizonte para os entes federativos e da sociedade civil consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, garantindo o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania. Tais metas definem os objetivos a serem atingidos pela educação brasileira, em diferentes áreas, até o ano de 2024. Para cada meta são estabelecidas estratégias que descrevem os caminhos que precisam ser construídos e percorridos por meio das políticas públicas, porém cabe a cada município e estado criarem suas próprias estratégias para atender aos objetivos.

A Meta 6 tem como objetivo oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) cumpre um papel importante em avaliar e monitorar as ações estabelecidas na aplicação do Plano, através da avaliação realizada do rendimento escolar e ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), através destes instrumentos o Inep cumpre com suas atribuições (Brasil, 2015).

A Constituição Federal de 1988 já concretizou o direito à educação, além dos outros instrumentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), garantindo que todos os cidadãos tenham oportunidades de acesso a educação nas diferentes instituições de ensino, e que tenham condições de conclusão na idade certa (Brasil, 2015).

A educação em período integral ofertada deve estar alicerçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 como destaque para o aumento progressivo da jornada escolar na direção do regime de tempo integral. A integralidade do processo ensino-aprendizagem torna-se palpável à proporção que a competência de cooperar com o currículo da escola, no atendimento às necessidades dos alunos, dos professores e dos demais elementos da comunidade escolar.

4 CONCLUSÕES

Igualmente, após a publicação desse estudo, entendemos que as políticas públicas educacionais, aqui especificamente ao que se refere às políticas de escola de educação em tempo integral, são direcionadas a oferecer uma educação de qualidade e de formação integral do indivíduo, portanto, as políticas municipais desenvolvidas nos municípios analisados, contribuirão para a construção de novas medidas educativas pedagógicas que visem esta prática, um importante passo para a implementação e execução da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, decênio 2014-2024.

Cabe ainda com esta pesquisa uma reflexão sobre educação integral que é oferecida nas escolas públicas, sobre a contribuição que as políticas públicas criadas trazem para a ampliação e implementação da oferta da jornada escolar, e ainda analisar de que forma esta ampliação de tempo na escola tem contribuído para a efetivação de garantir com qualidade o direito à educação, e ainda o que o oferecimento da educação integral tem colaborado para o processo ensino-aprendizagem do aluno.

Como conclusão da análise, buscou-se perceber como se estrutura a oferta da educação integral no Brasil, destacando os pontos positivos e relevantes neste processo.

REFERÊNCIAS

BLASIS, E. de. (Org). **Tendências para Educação Integral**. São Paulo: Fundação Itaú Social – CENPEC, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Senado, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria da Educação Básica – SEB. **Diretrizes Nacionais do Curso de Especialização Em Gestão Escolar**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria da Educação Básica – SEB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96. Brasília: Senado, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm

CAVALIERE, A.M. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia**, v. 20, n. 46, 2010. Disponível em: www.scielo.br/paideia

CELLA, R. A educação de tempo integral como política de desenvolvimento da Educação no Brasil. In: ADREIS, A.M. *et al.* **Educação Integral: gestão, currículo e aprendizagens**. Porto Alegre, Evangraf, 2014

COLARES, A. A. Educação integral em escola pública de tempo integral: percepções de estudantes. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, Bahia, v. 14, n. 30, p. 312-329, out./dez. 2018. Doi: <https://doi.org/10.22481/praxis.v14i30.4376>

FIGUEIREDO, J. S. B. **A educação em tempo integral no contexto das políticas públicas brasileiras**. UNICAMP, Campinas, 2013. Disponível em: https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/JacquelineDeSousaBatistaFigueiredo_GT5_integral.pdf

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3079/FPF_PTPF_12_076.pdf.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. L. A intersetorialidade e os novos territórios educativos como instrumentos da gestão nas escolas de tempo integral. ADREIS, A.M. *et al.* **Educação Integral: gestão, currículo e aprendizagens**. Porto Alegre, Evangraf, 2014.

GUARÁ, I. M. F. R. “É imprescindível educar integralmente”. **Cadernos Cenpec: Nova Série**, v. 1, n. 2, p. 15-24, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.

MENEZES, J. S. S; BRASIL, R. S. Gestão democrática na escola: a participação no contexto da prática de um programa de educação em tempo integral. **RPGE – Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 137-158, 2018.

MOLL, J. *et al.* Educação integral como horizonte pedagógico e político. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 787-791, set./dez. 2021. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>

WEFFORT, H. F. *et al.* **Currículo e educação integral na prática**: uma referência para estados e municípios. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.

ZILES. U. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 13, n. 2, p. 216-221, jul-dez, 2007.